



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Rua Sete de Setembro, S/N
Fone: 0xx42 656 1008
CEP 85.162-000 – Goioxim - PR

LEI N.º 098/2.001

DATA: 11/07/2.001

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Goioxim, relativo ao Exercício Financeiro de 2002.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º - A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2002 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.



Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2001, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.



Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento, emitida no exercício de 2002 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;



IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitario..

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

Art 20 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2002 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município ate a data de 31 de agosto de 2001.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

§ 3º - Vetado

Art. 21 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2002 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 01 de outubro de 2001.

Art 22. - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2002 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2001 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.



Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art 26.- Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 27 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.



Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art 29 -. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 30 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art 31 . Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art 32. – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;



II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art 33. – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art 34. – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art 35.- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente, consultando o Poder Legislativo Municipal.

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente, consultando o Poder Legislativo Municipal.

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 36 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, transito, incentivo ao emprego, previdencia e assistencia social mediante prévio firmamento de convênio.

✍

Art. 37 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 38 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art 39 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2002, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 40 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art.41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 11 de Julho de 2001.


LUIZ RAVANELO NETTO
Prefeito Municipal



LEI N.º 098/2.001

ANEXO I

LEGISLATIVA

- Manutenção das atividades da Câmara Municipal
- Treinamento de Pessoal
- Aquisição de móveis e equipamentos destinados ao funcionamento da câmara
- Ampliação do Edifício da Câmara Municipal
- Aquisição de um veículo para Câmara Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Aquisição de móveis e equipamentos destinados ao funcionamento de setores da Prefeitura Municipal
- Manutenção das atividades administrativas e de planejamento
- Teinamento de recursos humanos
- Estruturação administrativa da Prefeitura
- Elaboração das propostas relativas a legislação do Município
- Dotar o Município da necessária infra-estrutura no concernente ao atendimento á População
- Construção do prédio próprio da Prefeitura

AGRICULTURA

- Criação do Fundo Municipal da agricultura .
- Manutenção das atividades de extensão rural através da implantação da secretaria de Agricultura e meio ambiente dar suporte a instalação do escritório local da EMATER PR.
- Manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Comissão Municipal de conservação de solos e preservação ambiental
- Manutenção do programa Paraná 12 meses
- Proporcionar assistência ao produtor rural objetivando a diversificação aumento da produção e da renda familiar
- Construção de nucleos rurais de habitação ou vilas rurais
- Programa de calagem e conservação de solos
- Programa de apoio ao produtor rural compreendendo o incentivo a piscicultura construção de abastecedouros comunitários apoio ao reflorestamento distribuição de

sementes, melhoramento genéticos de rebanhos, incentivo a mecanização agrícola, aos adequados manejo, conservação de solos, proteção de amnanciais, e ainda proporcionar cursos de profissionalização a população rural.

- Programa de distribuição de calcario a preço de custo
- Implantação e apoio a produção de leite
- Programa de inseminação artificial
- Programa de hortas comunitárias
- Manutenção do viveiro Municipal
- Programa de incentivo a produção de aves de abate
- Incentivo a produção de hortaliças
- Implantação de hortas escolares
- Manutenção do Centro Agropecuario Municipal
- Programa de incentivo a melhorias em moradias do meio rural através de convenios e financiamentos
- Programa PRONAF desenvolvimento
- Incentivo a instalações de agroindustrias
- Incentivo a apicultura
- Incentivo a suinocultura
- Incentivo ao Programa de Olerícolas
- Apoio ao programa de Fungicultura
- Criação e incentivo a Associações Comunitárias Rurais
- Implantação de programa de produtos Orgânicos e ervas Medicinais
- Apoio e participação do Municipio junto ao Fundo de parcerias do Programa regional de agroecologia projeto em conjunto com o Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO)

COMUNICAÇÕES

- Instalação de postos de serviços telefonicos
- Expansão do Sistema telefonico da sede Municipal e comunidades Rurais
- Apoio a instalação de Agência do Correio

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- Através de convênios com o Estado do Paraná Manter a delegacia de policia de Goioxim e modula da Policia Miliar e aquisição de viaturas policiais

EDUCAÇÃO E CULTURA

- Incentivo a participação comunitária na escola
- Manutenção ampliação e melhoria da rede de ensino de primeiro grau no Município através de projetos de centralização do ensino e escola em tempo integral para alunos carentes
- Melhorias no ensino Pré escolar e educação especial
- Manutenção e melhorias no transporte escolar
- Valorização do quadro de magistério
- Instalação e equipamentos de bibliotecas nas escolas

- Melhorias no ambiente escolar
- Dar prosseguimento ao programa de merenda escolar
- Dar prosseguimento ao Programa Dinheiro Direto na Escola
- Incentivo a prática do desporto amador e estudantil através de promoção e eventos esportivos
- Apoio a participação nos jogos abertos regionais e estaduais
- Apoio a estudantes carentes
- Apoio aos programas de alfabetização de adultos e ao ensino supletivo
- Construção de obras de infra-estrutura esportiva
- Apoio a atividades culturais através da promoção de festivais teatros e concursos
- Manutenção do FUNDEF
- Construção de Biblioteca Pública
- Programa Bolsa escola (Programa Renda Mínima)
- Programa saúde do escolar
- Programa livro didático
- Convênio APE /Prefeitura Municipal de Goioxim

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- Ampliação dos sistemas de eletrificação urbana
- Apoio e melhorias na eletrificação rural

HABITAÇÃO E URBANISMO

- Construção de núcleos de habitação popular
- Ampliação e melhorias no sistema de iluminação pública
- Pavimentação e Urbanização de vias urbanas
- Construção de praças, arborização e paisagismo urbano
- Elaboração de plano Diretor de Desenvolvimento
- Regularização de quadro urbano da sede Municipal através do incentivo a projetos de loteamentos
- Manutenção dos serviços de limpeza pública, coleta de lixo, iluminação pública, cemitérios e outros serviços de utilidade pública
- Regularização de loteamentos dos quadros Urbano e distritos
- Aquisição de imóveis para obras públicas
- Melhorias no cemitério Municipal
- Preservação de reservas Florestais e Urbanas

INDUSTRIA E COMÉRCIO

- Proporcionar incentivo a instalação de atividades industriais visando melhoria na oferta de empregos e o desenvolvimento econômico
- Apoio a criação da Associação Comercial e Industrial de Goioxim
- Criação do conselho Municipal de desenvolvimento econômico
- Criação do parque industrial de Goioxim

SAÚDE E SANEAMENTO

- Implantação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água da sede e do interior, inclusive quanto as minas de água das propriedades rurais
- Aquisição de veículo ambulância e equipamentos para setor de saúde, inclusive gabinete para atendimento móvel
- Manutenção e ampliação do atendimento a saúde pública
- Expansão e melhoramentos da rede de mini postos de saúde no interior e construção do centro de Saúde da sede do Município
- Participação e suporte as campanhas de vacinação
- Melhorias nas condições de saneamento básico da população
- Manutenção do Município no sistema único de saúde
- Construção de sistema de galerias Pluviais paralelamente ao projeto de pavimentação de vias Urbanas
- Implantação do programa de medicina preventiva, medicina alternativa, farmácia básica para atendimento a carentes e atendimento médico aos alunos da rede escolar
- Aquisição de Gabinetes Odontológicos
- Manutenção das atividades do Fundo de Saúde
- Implantação de rede coletora de esgotos e aterro sanitário
- Manutenção de programa de epidemiologia com aquisição de veículos
- Manutenção do Programa de vigilância sanitária
- Manutenção do programa de saúde bucal
- Aquisição de equipamentos para centro de saúde
- Manutenção do sistema de coleta de lixo
- Manutenção do sistema de consórcio intermunicipal de saúde
- Apoio ao combate de febre amarela
- Programa de erradicação do mosquito da dengue
- Programa carência nutricional
- Programa saúde da família

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA


- Manutenção do Fundo Municipal de assistência social
- Assistência social a pessoas carentes, maternidade, velhice e principalmente Ao menor e adolescente
- Incentivo a criação das associações comunitárias e horas comunitárias
- Apoio aos clubes de Mães e entidades beneficentes
- Apoio a atividades da Pastoral da criança
- Programa de apoio a pessoas deficientes
- Manutenção de atividades e implantação de creches
- Construção de centro de atendimento a pessoas carentes
- Apoio e encaminhamento de pessoas idosas e deficientes para o BPC Benefício de Prestação continuada
- Adequação do sistema de previdencia Municipal
- Equipamentos para o Centro de Convivencia
- Auxilio funeral a Pessoas carentes
- Projeto da Rua para a escola
- Projeto piá no caratê

- Apoio as atividades do Conselho Tutelar
- Manutenção da creche sonho encantado
- Programa comunidade solidária

TRANSPORTE

- Aquisição de equipamentos rodoviários visando a formação do parque de máquinas
- Restauração, cascalhamento e calçamento de estradas integrantes da rede Municipal
- Com recursos próprios ou através de convênio com o Estado do Paraná
- Construção de pontes pontilhões e bueiros em estradas vicinais
- Manutenção da rede viaria em condições ideais para o escoamento da safra agrícola
- Construção de instalações para o Departamento de viação e desenvolvimento urbano, Parque de máquinas e oficina
- Construção de terminal rodoviário Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em
11 de Julho de 2001.


Luiz Ravanello Netto
Prefeito Municipal

